

# **CLIPPING IMPRESSO**

**12/03/2020**



# INDICE

---

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. INSTITUCIONAL.....	1
1.2. JUÍZES.....	2
1.3. PUBLICIDADE LEGAL.....	3
1.4. VARA CRIMINAL.....	4
2. JORNAL EXTRA	
2.1. COMARCAS.....	5 - 6
3. JORNAL O DEBATE	
3.1. INSTITUCIONAL.....	7 - 8
4. JORNAL O PROGRESSO	
4.1. AÇÕES CORREGEDORIA.....	9
4.2. COMARCAS.....	10
4.3. VARA DA FAMÍLIA.....	11
4.4. VARA DA MULHER.....	12
5. JORNAL PEQUENO	
5.1. DECISÕES.....	13
5.2. PRESIDÊNCIA.....	14



## **Vara Agrária**

Esta semana, o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Joaquim Figueiredo, reuniu-se com o secretário estadual de Direitos Humanos e Participação Popular, Francisco Gonçalves.

O objetivo era discutir o papel relevante da Vara Agrária para dirimir os conflitos fundiários no Estado.

Também participaram da reunião membros da Comissão Estadual de Prevenção à Violência no Campo e na Cidade, e as juízas Ana Lucrecia Sodré, da Central de Inquéritos de Imperatriz, e Jaqueline Caracas, auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça.

Durante o encontro, o secretário ressaltou a importância da criação da Vara Especializada em Conflitos Agrários no Maranhão que, segundo ele, ajudará a enfrentar, de forma consistente, a resolução de conflitos agrários no Estado.

# ESTADO MAIOR

## Faltou

O prefeito de Paço do Lumiar, Domingos Dutra (PCdoB), não compareceu ontem ao Nina Rodrigues para se submeter a avaliação médica sobre sua condição de saúde.

O laudo foi pedido pelo juiz Roberto de Paula, após confusão na volta do comunista ao comando da cidade na semana passada.

Dutra voltou à Prefeitura após cerca de seis meses de sofrer um Acidente Vascular Cerebral (AVC). A recuperação do gestor não foi pública e há quem desconfie de manipulação da primeira-dama, Núbia Dutra.



**ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**Pregão Eletrônico nº 12/2020 SRP**

**Processo nº 51.169/2019**

**Objeto:** Aquisição de materiais de limpeza e higiene; **Abertura:** 24/03/2020 às 10:00h (horário de Brasília-DF); **Local:** [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br); **Informações:** Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA. **CEP:** 65.010-190; **E-mail:** [colicitacao@tjma.jus.br](mailto:colicitacao@tjma.jus.br). **Fone:** (98) 3261-6194. São Luís/MA, 10 de fevereiro de 2020. **Thiago Chung de Farias - Pregoeiro do TJMA.**

---

## RETRATAÇÃO

Eu, **Tiago de Jesus Martins das Dores**, pelo presente termo, de forma espontânea, após acordo no 3º Juizado Especial Criminal, venho a público **RETRATAR-ME** das ofensas proferidas contra a pessoa da Sra. **Thalitha Maysie Soares Simões**. Peço desculpas pelos transtornos e danos causados. Reitero meu desejo de superação dessa problemática com estimas de sucesso e de bênçãos.

---

**OLHO POR OLHO...**

# **POLÍCIA METE EM CANA PAI QUE DOPOU E ESTUPROU AS FILHAS DE 8 E 9 ANOS**

Um homem de 40 anos foragido da Justiça do Maranhão sob acusação de estuprar as duas filhas, de 8 e 9 anos, foi preso nesta terça-feira (10) em Valparaíso de Goiás, Região do Entorno do Distrito Federal. O delegado Olemar Santiago, que efetuou a prisão, disse que a denúncia do Ministério Público maranhense relata o uso de soníferos nas crianças para fazer os estupros enquanto dormiam.. PÁGINA 8

PAI?...

# Preso o pai que dopou e estuprou as próprias filhas

Um homem de 40 anos foragido da Justiça do Maranhão sob acusação de estuprar as duas filhas, de 8 e 9 anos, foi preso nesta terça-feira (10) em Valparaíso de Goiás, Região do Entorno do Distrito Federal. O delegado Olemar Santiago, que efetuou a prisão, disse que a denúncia do Ministério Público maranhense relata o uso de soníferos nas crianças para fazer os estupros enquanto dormiam.

O delegado obteve endereços de parentes onde o homem

estaria escondido e a equipe policial passou a fazer vigílias com o objetivo de efetuar a prisão. O suspeito tinha um mandado de prisão preventiva contra si, expedido pela Comarca de Coelho Neto, no Maranhão.

“Havia indicações de que ele estaria na cidade [Valparaíso]. Desde a semana passada, as equipes procuravam por ele em alguns endereços de parentes e hoje encontraram ele. Tem processo aberto no Maranhão e ele fugiu no meio do

processo. A mãe das crianças expulsou ele de casa após descobrir os estupros, diz a denúncia do MP-MA”, relata Olemar Santiago.

Conforme a denúncia do Ministério público do estado, à qual o delegado teve acesso, os crimes ocorreram diversas vezes durante os anos de 2015 a 2018, enquanto o homem morava com as crianças. Ainda segundo a denúncia, a mãe expulsou o suspeito de casa quando descobriu os estupros.

O modo de agir, inicialmente, consistia em dar remédios para as crianças, induzindo-lhes ao sono e em seguida os abusos ocorriam. Depois de um tempo, o indiciado passou a ter relações sexuais com as crianças abertamente, com uma enquanto era assistido pela outra.

O homem foi recolhido ao presídio local, devendo ser, posteriormente, recambiado ao Estado onde cometeu os crimes, de acordo com o delegado Olemar Santiago.

**Cidade**

▪ *Página. 6*

## **Presidente do TJMA discute questões agrárias com comissão estadual de prevenção à violência no campo e na cidade**



# Presidente do TJMA discute questões agrárias com comissão estadual de prevenção à violência no campo e na cidade

Segundo Galvão, a maior parte dos casos tem interesses coincidentes.

Com o objetivo de discutir o papel relevante da Vara Agrária para dirimir os conflitos fundiários no Estado, o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Joaquim Figueiredo, esteve reunido com o secretário estadual de Direitos Humanos e Participação Popular, Francisco Gonçalves, e membros da Comissão Estadual de Prevenção à Violência no Campo e na Cidade (Coecv) e com as juízas Ana Lucrécia Sodrê, da Central de Inquéritos de Imperatriz, e Jaqueline Caracaras, auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça.

Durante o encontro, o secretário estadual de Direitos Humanos e Participação Popular, Francisco Gonçalves, ressaltou a importância da criação da Vara Especializada em Conflitos Agrários no Maranhão, que, segundo ele, ajudará a enfrentar de forma consistente a resolução de conflitos agrários no Estado.

Na oportunidade, o secretário adjunto de Direitos Humanos, Jonata Galvão, entregou ao desembarga-



dor Joaquim Figueiredo, o Relatório Anual das Ações da Comissão Estadual de Prevenção à Violência no Campo e na Cidade, com dados referentes à atuação da Coecv desde o início das atividades, em agosto de 2015, até o início de 2020 com a finalidade de avaliar o trabalho realizado pela Comissão.

No relatório, Jonata Galvão destaca que ao longo dos últimos quatro anos, houve um crescimento do número de conflitos fundiários no Estado, mas, também, um aumento da

quantidade de casos mediados e resolvidos.

“Em 2015, tínhamos um passivo de 296 casos não resolvidos no âmbito do Executivo e Judiciário. Hoje, estamos com menos da metade desses casos pendentes e já atendemos mais de 600 casos”, informou Galvão. Ele ressaltou, ainda, a contribuição da comissão estadual na redução do passivo de atendimentos desses casos e a qualidade de trabalho desenvolvido que tem garantido a mediação de conflitos.

Segundo Galvão, a maior parte dos casos tem interesses coincidentes. “A comissão consegue fazer com que esses interesses coincidentes acabem se tornando um acordo, uma solução que fique boa para os dois lados”, explicou.

A questão voltará a ser discutida numa reunião de trabalho entre o TJMA, membros da Coecv e Corregedoria Geral da Justiça (CGJ/MA), para que sejam compartilhadas informações que sirvam de subsídios para a efetivação da Vara Agrária do Estado. O diretor-geral do TJMA, Mário Lobão e a superintendente de Proteção e Defesa dos Direitos Humanos, Amanda Cristina de Aquino Costa também participaram da reunião.

O projeto de lei complementar que cria a Vara Especializada de Conflitos Agrários – enviado pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), Joaquim Figueiredo, à Assembleia Legislativa do Maranhão – foi aprovado em sessão legislativa e sancionado pelo Governador do Estado, Flávio Dino.

## LEILÃO: CGJ-MA adere a proposta da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas para alienação de bens apreendidos



**Corregedor reuniu-se com titular da SENAD nesta segunda-feira**

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, e a diretora do Fórum de São Luís, juíza Diva Maria de Mendes Barros, reuniram-se nesta terça-feira (9) com o titular da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), Luiz Roberto Beggiora, para tratar sobre a política da Secretaria que objetiva agilizar a conversão, em investimento público, dos bens apreendidos em processos judiciais.

O titular da SENAD, que esteve acompanhado do che-

fe de Gabinete Diogo Soriano, informou que está realizando uma série de visitas e conversas, no intuito de sensibilizar magistrados e membros do Ministério Público a realizarem a alienação antecipada dos bens apreendidos, de forma a evitar deterioração do material recolhido e garantir que o valor desse patrimônio seja revertido em benefícios à sociedade.

Luiz Roberto Beggiora explicou sobre dois normativos recentes que trouxeram alterações na gestão dos ativos apreendidos em processos cri-

minais, impactando tanto as atividades desenvolvidas pelo Poder Judiciário quanto as atividades administrativas a cargo do Ministério da Justiça e Segurança Pública. "O objetivo da SENAD é realizar leilões para venda de ativos apreendidos, além de, com isso, garantir recursos para o FUNAD (Fundo Nacional Antidrogas) e aumentar os aportes aos governos estaduais", observou.

O primeiro deles foi a Lei 13.840/2019, que incluiu o parágrafo 1º ao artigo 61 da Lei 11.343/06, passando a prever que o juiz, no prazo de 30 dias contados da comunicação da apreensão de bens pela autoridade de polícia judiciária ao juízo competente, determinará a alienação dos bens apreendidos. A segunda alteração se deu pela Medida Provisória N° 885/2019, convertida na Lei N° 13.886/19, trazendo diversas inovações a respeito da destinação dos recursos arrecadados com a alienação dos bens apreendidos, entre as

quais a possibilidade de venda do bem em leilão, tanto administrativamente quanto na modalidade de alienação antecipada, por valor correspondente a, no mínimo, 50% do valor de avaliação.

**PROVIMENTO** - Na ocasião, os representantes da SENAD apresentaram uma minuta de Provimento, que foi imediatamente acatado pelo corregedor-geral, desembargador Marcelo Carvalho Silva, para disciplinar a matéria no âmbito da Justiça de 1º Grau, objetivando evitar a superlotação dos depósitos e pátios dos fóruns do interior e garantindo o valor de mercado. "É uma medida que redundará na quebra de organizações criminosas. O Estado do Maranhão reage prontamente na aceitação profilática e repressora contra as drogas no país", pontuou o corregedor.

O desembargador explicou sobre a iniciativa da CGJ-MA em relação à destinação dos veículos apreendidos em processos judiciais no Estado, por meio da realização de duas edições do Megaleilão Estadual de Veículos, considerando a necessidade de resguardar o valor dos bens para ressarcimento das partes ao final do processo, ou revertido ao Fundo de Reparacionamento e Modernização do Poder Judiciário (FERJ), no caso de veículos não vinculados a processos.

Marcelo Carvalho ressaltou que o Maranhão é o quarto estado a aderir à proposta normativa do Ministério da Justiça, que tem sob sua orientação o ministro Sérgio Moro. Ele elogiou a iniciativa do secretário em apresentar a proposta pessoalmente aos membros do Judiciário e Ministério Público. "Esta é uma providência inédita que merece nosso reconhecimento, pois busca evitar a deterioração e a perda do valor econômico dos bens", avaliou. (Asscom CGJ)

## Foragido da justiça suspeito de estuprar as filhas no Maranhão é preso em Goiás

Um homem de 40 anos foragido da Justiça do Maranhão sob acusação de estuprar as duas filhas, de 8 e 9 anos, foi preso nesta terça-feira (10) em Valparaíso de Goiás, no Entorno do Distrito Federal. O delegado Olemar Santiago, que efetuou a prisão, disse que a denúncia do Ministério Público maranhense relata o uso de soníferos nas crianças para fazer os estupros enquanto dormiam.

A Polícia Civil informou que o acusado não apresentou advogado até a última atualização desta reportagem. Assim, o G1 não conseguiu localizar a defesa homem para que se posicione sobre os crimes.

A denúncia que o delegado teve acesso aponta que o modo de agir, inicialmente, consistia em dar remédios para as meninas, induzindo-lhes ao sono para que os abusos acontecessem em seguida. Depois de um tempo, conforme a investigação, o acusado passou a estuprar uma criança na frente da outra.

Conforme a denúncia do Ministério público do Maranhão, os crimes ocorreram diversas

vezes durante os anos de 2015 a 2018, enquanto o homem morava com as crianças. Ainda segundo a denúncia, a mãe expulsou o marido de casa quando descobriu os estupros.

**Prisão -** O delegado obteve endereços de parentes onde o homem estaria escondido e a equipe policial passou a fazer vigílias com o objetivo de efetuar a prisão. O suspeito tinha um mandado de prisão preventiva contra si, expedido pela Comarca de Coelho Neto, no Maranhão.

“Havia indicações de que ele estaria na cidade [Valparaíso]. Desde a semana passada, as equipes procuravam por ele em alguns endereços de parentes e hoje encontraram ele. Tem processo aberto no Maranhão e ele fugiu no meio do processo. A mãe das crianças expulsou ele de casa após descobrir os estupros, diz a denúncia do MP-MA”, relata Olemar Santiago.

O homem foi recolhido ao presídio local, devendo ser, posteriormente, recambiado ao estado onde cometeu os crimes, de acordo com o delegado Olemar Santiago.

# 3ª Vara da Família de Imperatriz vai concentrar esforços para digitalizar 457 processos físicos

Ilustração

A juíza da 3ª Vara da Família de Imperatriz, Iris Danielle Santos, suspendeu o atendimento ao público e prazos processuais na unidade, no período de 9 a 13 de março, para a virtualização de 457 processos físicos em trâmite.

Para a edição da medida, a magistrada considerou a Portaria Conjunta 5/2019 do Tribunal de Justiça do Maranhão e Corregedoria Geral da Justiça, e a necessidade de concentrar esforços para a digitalização dos autos físicos.

Ficam mantidas as audiências designadas para o período, bem como a expedição de alvarás judiciais, antecipações de tutela e medidas cautelares.

**PROJETO** - O projeto "Digitalizar Já" foi instituído no Judiciário maranhense por meio das Portarias Conjuntas N° 15/2019 e N° 16/2019, assinadas pelo presidente do TJMA, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, e pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, com a instalação de centrais de digitalização em fóruns do interior e na capital, além da realização de treinamento para secretários judiciais de todas as comarcas do



Estado, acerca dos procedimentos de digitalização e migração. A CGJ também disponibilizou na página da internet ([www.tjma.jus.br/cgj](http://www.tjma.jus.br/cgj)) Cartilha Explicativa e outros materiais de orientação e normativos.

A tramitação virtual dos processos judiciais apresenta vantagens como a facilidade de acesso dos advogados

e partes aos autos, reduzindo os deslocamentos constantes aos fóruns e respectivas despesas; maior celeridade no cumprimento dos comandos judiciais; maior agilidade na tramitação dos processos; ampliação da transparência e publicidade na tramitação processual; facilidade no manuseio e localização dos pro-

cessos; eliminação de problemas com o transporte, danos ou extravio de documentos e autos; mais agilidade na remessa do processo para a segunda instância; mais facilidade no cumprimento de cartas precatórias; além do reforço ao compromisso com a sustentabilidade, entre outros. (Asscom CGJ)

# Fora da Pauta

Willian Marinho

williamarinho@hotmail.com

## Mulher

No início da tarde de quinta-feira (27), a Rede de Assistência a Mulher e equipe da AGEMSUL, acompanhada do presidente Frederico Ângelo, vistoriaram a fase de conclusão das obras da Casa da Mulher Maranhense, em Imperatriz. Acompanharam a vistoria a delegada Dra. Sylvianne Tenório, titular da Delegacia Especial da Mulher de Imperatriz; Promotora Dra. Aline Matos, titular da 8ª Promotoria Especializada em Defesa da Mulher; Dra. Ana Paula Silva, juíza da Vara Especial da Mulher; Defensora Pública, Dra. Moema Zocrato; Ten. Loyola - Comandante da CIA Maria da Penha, além de assessores.

## Humanizado

A Casa da Mulher Maranhense tem o objetivo de realizar um atendimento humanizado às mulheres vítimas de violência doméstica. A integração disponibiliza no mesmo local serviços especializados como Apoio Psicossocial, Delegacia, Juizado e Ministério

Público, com espaços para gabinete e sala de apoio para defensoria, promotoria e juiz, sala de audiência, cartório, brinquedoteca, sala de reunião, administrativo, recepção, dormitório, investigação, cozinha, detenção e um corredor específico para acesso do agressor.

## Pronta

A Casa da Mulher Maranhense está pronta para ser entregue aos órgãos da REDE DE PROTEÇÃO A MULHER. Neste mês que comemora o Dia Internacional da Mulher será a inauguração com a presença do governador Flávio Dino. Uma vitória pessoal do presidente da Agemsul, Frederico Angelo, pela insistência no projeto.



## **Viagem**

Aguarda-se muito bom senso do Judiciário para que a conta por reclamações de viagens não realizadas motivadas pelo coronavírus não cai sobre agentes de viagens locais. Algumas operadoras de cruzeiros e companhias aéreas, por exemplo, se recusam a cancelar ou adiar viagens, até para destinos perigosos, e os descontentes ameaçam ir à Justiça contra quem vendeu. Muitos agentes temem pagar alto por essa crise no turismo mundial e alguns podem até não ter lastro financeiro para suportar indenizações.

## **Presidente do TJMA discute questões agrárias com comissão estadual de prevenção à violência no campo e na cidade**

Com o objetivo de discutir o papel relevante da Vara Agrária para dirimir os conflitos fundiários no Estado, o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Joaquim Figueiredo, esteve reunido com o secretário estadual de Direitos Humanos e Participação Popular, Francisco Gonçalves, e membros da Comissão Estadual de Prevenção à Violência no Campo e na Cidade (Coecv) e com as juízas Ana Lucrecia Sodr , da Central de Inquéritos de Imperatriz, e Jaqueline Caracas, auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça.

Durante o encontro, o secretário estadual de Direitos Humanos e

Participa o Popular ressaltou a importância da cria o da Vara Especializada em Conflitos Agrários no Maranhão, que, segundo ele, ajudará a enfrentar de forma consistente a resolu o de conflitos agrários no Estado. Na oportunidade, o secretário adjunto de Direitos Humanos, Jonata Galvão, entregou ao desembargador o Relatório Anual das A o es da Comissão Estadual de Preven o   Violência no Campo e na Cidade, com dados referentes   atua o da Coecv desde o início das atividades, em agosto de 2015, até o início de 2020 com a finalidade de avaliar o trabalho realizado pela Comissão. No relatório, Jonata Galvão

destaca que ao longo dos últimos quatro anos houve um crescimento do número de conflitos fundiários no Estado, mas, também, um aumento da quantidade de casos mediados e resolvidos.

“Em 2015, tínhamos um passivo de 296 casos não resolvidos no âmbito do Executivo e Judiciário. Hoje, estamos com menos da metade desses casos pendentes e atendemos mais de 600 casos”, informou. Ele ressaltou a contribui o da comissão estadual na redu o do passivo de atendimentos desses casos e a qualidade de trabalho desenvolvido que tem garantido a media o de conflitos.